



Senadores ouvem economistas sobre PEC do Teto de Gastos

Profissionais foram convidados a apresentar argumentos contra e a favor da proposta que cria um limite para o aumento da despesa pública

Gerardo Mugele/Agência Senado



Gleisi Hoffmann, presidente da CAE, José Maranhão, presidente da CCJ, e Eunício Oliveira, relator da proposta

As Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) discutem hoje, em audiência pública, a proposta de emenda à Constituição que limita os gastos públicos por 20 anos. Foram convidados para apresentar argumentos contra e a favor da PEC do Teto economistas da Unicamp, da Fundação Getúlio Vargas e do Ministério da Fazenda.

A PEC 55/2016 deve ser votada amanhã na CCJ, depois que o relator, Eunício Oliveira, apresentar seu parecer sobre 20 emendas apresentadas pelo PT e pelo PCdoB. Algumas das emendas pedem a exclusão dos gastos em saúde e educação das novas regras, a criação de limites para despesas com juros e encargos da dívida pública e a realização de referendo sobre a PEC. **3**

Proposta recebe crítica de trabalhadores

A PEC do Teto de Gastos privilegia o setor financeiro e o pagamento de juros da dívida pública em detrimento das despesas sociais e da renda

dos trabalhadores, afirmaram ontem representantes de várias categorias profissionais durante audiência na Comissão de Direitos Humanos. **8**

especial
Cidadania

Mais microempresários vão se beneficiar do Simples Nacional

Foi sancionada no fim de outubro uma lei que aumenta o faturamento máximo exigido dos microempresários para aderir ao

Simples Nacional, regime facilitado de tributação. A lei, além disso, permite que os empresários refinanciem débitos tributários. **4 e 5**

Agência Senado



Lei permite que pequeno empresário cresça sem medo de perder benefício



Paulo Paim (2º à dir.) preside audiência sobre o serviço de atendimento móvel

Falhas no serviço de ambulância são graves, dizem especialistas

O atendimento feito por ambulâncias no país enfrenta problemas como falta de fiscalização, sucateamento dos veículos, contaminação, uso inadequado de materiais hospitalares e exposição dos motoristas e demais profissionais de saúde a riscos desnecessários. A denúncia

foi feita ontem por participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos.

Para a auditora-fiscal do Trabalho Jacqueline Carrijo, o Ministério da Saúde não fiscaliza os riscos envolvidos com o uso dessas unidades de atendimento médico. **7**

Jornal do Senado aparece na redação do Enem

O trecho de uma reportagem publicada pelo **Jornal do Senado** em abril de 2013 serviu de orientação para que os estudantes que participavam do Exame Nacional do Ensino Médio no fim de semana redigissem a redação, que teve como tema a intolerância religiosa. Mais de 5,8 milhões de alunos fizeram a prova, segundo o Ministério da Educação. **2**

MP sobre Fies precisa ser votada até sexta-feira **3**

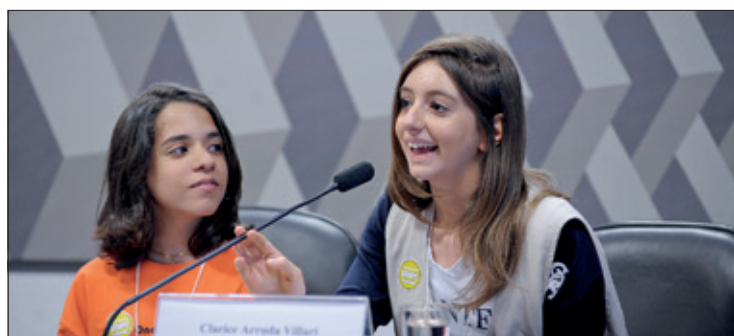
Procuradora propõe modernizar execução fiscal **6**

Reforma do ensino médio tem audiência hoje **8**

Relatório é favorável ao fim do foro privilegiado **3**

Seminário pede “alfabetização midiática” de jovens

Os jovens precisam ser ensinados para usar criticamente as novas tecnologias e capacitados para produzir conteúdo para as mídias digitais. Essa foi a conclusão do Seminário sobre Educação Midiática e Informacional no Brasil, promovido ontem pelo Conselho de Comunicação do Congresso Nacional. **6**



Estudantes de São Paulo apresentam projeto de produção de mídia na escola

Pedro França/Agência Senado

Parlamentos começam debate sobre gestão

Com o objetivo de trocar experiências, secretários-gerais e servidores de Parlamentos de oito países de língua portuguesa iniciaram ontem o 1º Encontro de Gestão Estratégica, organizado pelo Senado e pela Câmara. **2**

Maurício Bruma



Servidores de oito Parlamntos de países de língua portuguesa fazem visita às dependências do Congresso Nacional

Gestão estratégica é tema de encontro de Parlamntos

Participam secretários-gerais e servidores parlamentares dos oito países de língua portuguesa. O objetivo é compartilhar experiências e discutir formas de promover a gestão estratégica no Legislativo

COMEÇOU ONTEM O 1º Encontro de Gestão Estratégica da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamntos de Língua Portuguesa (ASG-PLP). Organizado pelas diretorias-gerais do Senado e da Câmara, o evento tem o objetivo de compartilhar experiências bem-sucedidas e discutir formas de promover a gestão estratégica no Legislativo.

Participam secretários-gerais e servidores dos Parlamntos de oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Para o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, a preocupação com a gestão estratégica é uma necessidade para os Parlamntos.

— O desafio é fazer um planejamento estratégico em médio e longo prazo, já que no Senado e na Câmara, por exemplo, acontece uma mudança de gestão na cúpula a cada dois anos. Imagino que nos demais Parlamntos não seja muito diferente disso.

Representando a diretoria-geral do Senado, Ilana Trombka, o diretor-geral-adjunto de Gestão, Gustavo Ponce de

Leon, destacou que a Casa tem se empenhado em não perder a oportunidade de trocar experiências com Legislativos de nações que guardam o legado cultural da língua portuguesa.

— Temos o compromisso de tornar o Senado mais presente e atuante dentro da associação — salientou.

O secretário-geral da Mesa da Câmara, Wagner Soares Padilha, ressaltou que o Brasil tem focado cada vez mais na transparência do processo legislativo e desejou boas-vindas aos participantes do evento.

Já o diretor-geral da Câmara, Luiz Henrique Xavier Lopes, enalteceu o fato de que alguns participantes fizeram uma verdadeira “volta” ao mundo para estarem presentes.

— Isso demonstra essa capacidade que a gente tem de querer estar junto e aprender uns com os outros. Esta associação representa a união de traços comuns, mistos e históricos que nos une de uma maneira muito especial. Nunca saí de encontro da nossa associação com a sensação de que ensinei mais do que aprendi. Pelo contrário, sempre aprendi mais do que, modestamente, pude ensinar — disse.

No início da tarde, os participantes fizeram uma visita guiada às dependências do Congresso Nacional. Acompanhados por monitores do Senado e da Câmara, eles passaram por locais como o Salão Negro, o Salão Verde e os Plenários das duas Casas legislativas.

Um dos participantes, Aniceto Pedro, representante do Parlamento de Angola, relatou que, apesar de já ter vindo outras vezes ao Brasil, ainda não conhecia o Congresso.

— Foi extremamente gratificante termos percorrido os diferentes cantos do Congresso Nacional. Conseguimos, de fato, ter a noção exata da grandeza do Parlamento brasileiro. Voltamos com uma boa impressão e acreditamos que aproveitaremos muitas coisas positivas em nossos países.

Programação

As atividades continuam hoje com palestras sobre gestão estratégica na Câmara e apresentações dos Parlamntos representados no encontro. O encerramento está marcado para sexta-feira, quando também serão entregues certificados de participação.

Raimundo Lira defende fim de reeleição para o Executivo

Raimundo Lira (PMDB-PB) defendeu ontem uma reforma política que estabeleça



de campanha, estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal.

— Temos que ser firmes na extinção da reeleição para presidente, para governadores e para prefeitos. Se for necessário, podemos estender o prazo para cinco anos — avaliou o senador.

Diálogo é a solução para a crise, afirma Elmano Férrer

Elmano Férrer (PTB-PI) disse que a crise do Estado brasileiro, manifestada nas



para mostrar a insatisfação com os serviços públicos e com a atuação dos Poderes

dificuldades financeiras de municípios, estados e da União, precisa ser enfrentada para atender às aspirações da sociedade. Ele lembrou que, desde 2013, as pessoas têm saído às ruas

Executivo, Legislativo e Judiciário.

Apesar de reconhecer o tamanho da crise, Elmano acredita que há saída, que passa pelo diálogo das autoridades com a sociedade.

Redação do Enem usa trecho de reportagem do Jornal do Senado

O trecho de uma reportagem do **Jornal do Senado** serviu de orientação para que os estudantes elaborassem a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), aplicado no domingo. Mais de 5,8 milhões de alunos participaram do Enem, segundo o Ministério da Educação.

O tema da redação foi a intolerância religiosa. Um dos quatro textos que guiaram os estudantes foi um parágrafo da reportagem “Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade”, de autoria da repórter Juliana Steck, que o **Jornal do Senado** publicou em abril de 2013:

“O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.”

Por ter aparecido no Enem, a reportagem foi a mais lida ontem no Portal de Notícias do Senado. Ao longo do dia, até as 22h, o texto de 2013 teve 3 mil acessos.

A reportagem foi publicada na seção *Especial Cidadania*, que o **Jornal do Senado** edita toda terça-feira.



Roveno Rosz/ABR

Participantes do Enem se basearam no **Jornal do Senado** para fazer redação

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Fundo científico e tecnológico**
8h45 Debate sobre a aplicação dos recursos dos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico.
- CDH Desenvolvimento agrário**
9h Debate sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário de Matopiba.
- CMA Tarifa de água e esgoto**
9h30 Na pauta, o PLS 505/2013, que cria a tarifa social de água e esgoto.
- CAE/CCJ PEC do Teto de Gastos**
10h Audiência conjunta para debater a PEC do Teto de Gastos.
- OBRAS INACABADAS Instalação**
11h Instalação e eleição de presidente da Comissão Especial das Obras Inacabadas.
- TRANSPARÊNCIA Participação social**
11h A comissão debate instrumentos de participação social no governo federal.
- PRESIDÊNCIA Ministro da Saúde**
11h30 Renan Calheiros recebe o ministro da Saúde, Ricardo Barros. Às 12h, ministro do STJ Mauro Campbell, presidente da Comissão de Juristas da Desburocratização. Em seguida, inaugura o painel *Alumbramento*. Às 15h30, recebe presidentes das empresas aéreas Avianca, Azul, Latam e Gol. Às 16h, preside a ordem do dia.
- MP 741/2016 Fies**
11h30 Análise do relatório da MP 741/2016, que alterou regras do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).
- CE Política sobre drogas**
11h45 Votação do PLC 37/2013, que trata do financiamento das políticas sobre drogas.
- PLENÁRIO Reforma política**
14h Na pauta, duas PECs sobre a reforma política.
- MP 746/2016 Ensino médio**
14h30 Audiência para instruir a MP 746/2016, que dispõe sobre a reforma do ensino médio.
- MUDANCAS CLIMÁTICAS Energia**
14h30 Debate sobre contribuição dos biocombustíveis para a redução da emissão de gases de efeito estufa.
- CRE Sabatina de embaixadores**
14h30 Sabatina de indicados para embaixadores do Brasil nos Países Baixos e no Canadá e de representante junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).
- CMO Crédito suplementar**
14h30 Análise de projetos de crédito suplementar para órgãos do Executivo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• **Alô Senado:** 0800 612211
• **Acompanhe:** • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Dois professores da Unicamp e um da FGV foram convidados a apresentar hoje à CCJ e à CAE argumentos favoráveis e contrários à proposta que limita as despesas públicas

Economistas debatem PEC do Teto de Gastos

ECONOMISTAS FAVORÁVEIS
E contrários à PEC do Teto de Gastos expõem hoje seus argumentos em audiência pública das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE). Apresentada pelo governo Temer, a proposta de emenda à Constituição estabelece como limite para a despesa pública, por 20 anos, o gasto realizado no ano anterior, corrigido pela inflação.

O debate faz parte dos preparativos da CCJ para votar a PEC 55/2016. Foram convidados a participar do debate um representante do Ministério da Fazenda e três acadêmicos. O economista Samuel Pessoa, chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), deverá defender a viabilidade da proposta. Já as críticas deverão ser levantadas por dois professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Pedro Paulo Zaluth Bastos e Guilherme Santos Mello.

Na terça-feira passada, a CCJ iniciou a análise da PEC em meio a divergências entre governistas e opositores

sobre o teto para as despesas federais. Pedido de vista coletiva adiou a votação da proposta logo após o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentar parecer favorável à iniciativa.

Na ocasião, Eunício declarou voto contrário à emenda da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) que defendia a entrada em vigor da futura emenda constitucional após aprovação em referendo autorizado pelo Congresso Nacional. De acordo com o processo legislativo, qualquer proposta de emenda à Constituição começa a valer a partir da data de promulgação pelo Congresso, sem necessidade de referendo popular.

Emendas

O relator ainda deve opinar sobre 20 emendas apresentadas, das quais 7 são de autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e as demais dos senadores do PT José Pimentel (CE), Ângela Portela (RR) e Lindbergh Farias (RJ). O parecer de Eunício sobre as emendas deverá ser dado amanhã, às 10h, quando a PEC 55/2016 será submetida a votação na CCJ.

Assim como a emenda de



José Maranhão, presidente da CCJ, e Eunício Oliveira, relator: proposta de emenda à Constituição será votada amanhã

Gleisi, rejeitada pelo relator, uma das emendas apresentadas por Vanessa pretende condicionar a entrada em vigor da proposta à aprovação prévia em referendo popular.

Dívida pública

As três emendas de Ângela Portela tratam do estabelecimento de limites para despesas com juros e encargos da dívida pública da União, questão também abordada em outra emenda de Vanessa.

Há coincidência ainda em mais uma sugestão da senadora pelo Amazonas e uma das

três emendas de Lindbergh, destinada a eliminar da PEC a proibição de reajuste do salário mínimo acima da inflação.

Já José Pimentel apresentou sete emendas alterando o novo regime fiscal defendido pelo governo Temer. Entre os assuntos tratados, estão o pagamento de juros e encargos da dívida pública, a política de atualização do salário mínimo e a exclusão dos gastos em saúde e educação das novas regras.

O representante do Ceará sugere ainda a redução do prazo de vigência do novo

regime fiscal de 20 para 5 anos, renováveis por mais 5 anos mediante lei complementar.

Ele também pede a derrubada da proibição de revisão geral anual dos vencimentos do funcionalismo público federal e a possibilidade de tributar os rendimentos oriundos da distribuição de lucros e dividendos das grandes empresas, isentos do Imposto de Renda desde 1995.

Veja na pág. 8 audiência de ontem na CDH sobre a PEC do Teto

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Duas MPs devem ser votadas até sexta para não perder eficácia

Dois medidas provisórias precisam ser votadas até sexta-feira, quando perderão a eficácia. Uma delas, a MP 740/2016, que perde a validade na quinta, abre crédito extraordinário de R\$ 353,7 milhões para os 24 Tribunais Regionais do Trabalho. O dinheiro foi para pagar despesas contratuais de caráter continuado e garantir a prestação de serviços dos tribunais. A MP precisa passar pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e pelos Plenários da Câmara e do Senado.

A outra, a MP 741/2016, perde a eficácia na sexta. Hoje deve haver reunião da comissão mista que analisa a MP. Se aprovada, a matéria também tem que ser votada na Câmara e no Senado. A MP estabelece que a remuneração administrativa dos bancos na concessão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) deve ser paga pelas instituições

de ensino superior, e não mais pela União. Essa taxa é equivalente a 2% do valor do empréstimo educacional liberado.

Além dessas MPs, outras duas perdem a eficácia nesta semana por não terem sido votadas em até 120 dias a contar da data de edição, conforme estabelece a Constituição.

A primeira, a MP 738/2016, tratava de crédito extraordinário. Liberou quase R\$ 1,2 bilhão para a quitação de despesas do Tesouro Nacional com o BNDES. A maior parte do dinheiro foi para o pagamento de subsídios com o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e com o Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais.

A segunda, a MP 739/2016, perdeu a eficácia em 4 de novembro. Editada em julho, a MP endurecia as normas para

a concessão de benefícios previdenciários e previa a revisão de alguns, como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez.

Estabelecia que o aposentado por invalidez poderia ser convocado a qualquer momento para que as condições que causaram o afastamento fossem avaliadas. O argumento do governo federal era que as despesas com esse benefício quase triplicaram em dez anos: saltaram de R\$ 15,2 bilhões em 2005 para R\$ 44,5 bilhões em 2015. A quantidade de beneficiários no período subiu de 2,9 milhões em 2005 para 3,4 milhões em 2015.

A MP estabelecia ainda que o auxílio-doença teria duração máxima de quatro meses e só seria renovado se houvesse um pedido do segurado. Atualmente o benefício dura enquanto o médico perito determinar.

A edição de medidas provisórias é regida pelo artigo 62 da Constituição. Elas devem ser convertidas em lei, ou seja, votadas na Câmara e no Senado em até 120 dias. O prazo começa a contar no dia da edição e é suspenso nos períodos de recesso parlamentar. Quando a votação não ocorre, o Congresso deve disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas decorrentes das medidas.

No caso de abertura de crédito, como o dinheiro normalmente é liberado quando da edição da MP, o decreto legislativo resolve o caso. Sobre os outros tipos de MPs, o texto constitucional proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa, quando há rejeição ou perda de eficácia. As MPs 738 e 739 não chegaram a ser votadas na Câmara e por isso nem começaram a ser analisadas no Senado.

Comissão pode analisar texto que extingue foro privilegiado

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) entregou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seu relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, que extingue o foro especial por prerrogativa de função, conhecido como foro privilegiado. O relator é favorável à proposta, que agora está pronta para ser votada.

A PEC é de iniciativa do senador Alvaro Dias (PV-PR), que a apresentou em 2013. Com os recentes escândalos de corrupção denunciadas pela Operação

Lava Jato, o tema voltou a ganhar força no Congresso.

Randolfe lembra, em seu relatório, que o foro especial é visto pela população como um "privilégio odioso", utilizado apenas para proteção da classe política. Portanto, segundo ele, é oportuno modificar as atuais regras.

A opinião do relator é confirmada pela consulta pública realizada pelo Senado, por meio do Portal e-Cidadania. Até a noite de ontem, mais de 43,4 mil pessoas haviam se manifestado favora-

velmente ao fim do foro privilegiado. E apenas 138 votaram contra a ideia.

"Não há paralelo com o caso brasileiro na experiência de outros países ocidentais quando o assunto é o número de autoridades por ele [foro] protegidas: cerca de 22 mil autoridades possuem algum privilégio de foro por conta da função que ocupam, seja perante STF, STJ ou tribunais espalhados pelo país", afirma Randolfe em seu relatório.

O senador cita estudo da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

segundo o qual, desde 1988 até maio de 2006, nenhuma autoridade havia sido condenada no STF, nas 130 ações penais ajuizadas.

O relatório cita também levantamento da revista *Congresso em Foco* dando conta de que, desde 1988, a primeira prisão de congressista por ordem do Supremo só ocorreu em 2013, a despeito das inúmeras denúncias que atingiram a classe política no período. A primeira condenação de um parlamentar ocorreu somente em 2010.

Nova lei do Simples tira do pequeno empresário o medo de crescer

Norma eleva teto de faturamento para que mais micros e pequenos empresários se beneficiem do imposto unificado. Com limite mais baixo, empreendedor limitava crescimento para fugir da tributação comum

Djalba Lima

O PRESIDENTE MICHEL Temer sancionou há duas semanas uma lei que permite que mais pequenos empreendedores se beneficiem do Simples Nacional, um regime especial que facilita a cobrança de impostos e reduz a burocracia. Em vez de pagar inúmeros tributos federais, estaduais e municipais, os empresários pagam um imposto unificado. A Lei Complementar 155/2016 eleva o teto de faturamento das micros e pequenas empresas que podem se beneficiar do Simples Nacional — de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões

anuais — e também o teto dos microempreendedores individuais — de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil. Os novos valores entrarão em vigor em janeiro de 2018. A nova lei resulta de um projeto de lei que foi aprovado em junho pelo Senado e que foi relatado pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). De acordo com Marta, a lei evita o “tranco tributário”, quando um pequeno aumento no faturamento causa uma elevação brusca de alíquotas, que pode chegar a 36%. O presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, concorda que essa é a grande

inovação da lei. Apelidada pelo governo de Crescer sem Medo, a nova lei introduz parcelas a deduzir na transição de uma faixa para outra, o que, na prática, assegura que a alíquota mais elevada só se aplicará na parte que exceder a faixa em que a empresa estava. Com isso, o Simples Nacional torna-se um imposto progressivo, semelhante ao Imposto de Renda da Pessoa Física. — Em vez de uma escada, com verdadeiros trancos tributários, optamos por uma rampa suave, que não inibe o crescimento dos negócios — afirma Marta.

— Parcelamento O senador Armando Monteiro (PTB-PE), que já foi ministro do Desenvolvimento e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), também considera positivas as mudanças. Segundo ele, em decorrência de uma pequena elevação no faturamento, a empresa cai no que ele chama de “morte súbita”, ou seja, o reenquadramento em um regime tributário mais desfavorável. Além disso, a nova lei permite que 600 mil micros e pequenas empresas, que devem R\$ 21



Salões de beleza estão entre microempresas que podem se beneficiar das facilidades tributárias oferecidas pelo Simples Nacional

bilhões para a Receita Federal e estavam ameaçadas de exclusão do Simples Nacional, continuam se beneficiando do regime simplificado de tributação. O prazo de parcelamento de dívidas tributárias sobe de 60 para 120 meses. Armando destaca o papel das micros e pequenas empresas na geração de empregos e diz que a crise econômica levou várias delas à inadimplência no pagamento de impostos. Esse problema, no entendimento do senador, será mitigado com a instituição de novos prazos para o parcelamento de débitos tributários.

Armando destaca o papel das micros e pequenas empresas na geração de empregos e diz que a crise econômica levou várias delas à inadimplência no pagamento de impostos. Esse problema, no entendimento do senador, será mitigado com a instituição de novos prazos para o parcelamento de débitos tributários.

Salões de beleza

Os valores que os salões de beleza transferem a cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure,

pedicure, depilador e maquiador não integrarão a receita bruta da empresa contratante para fins de tributação. Essa é outra inovação da nova lei do Simples Nacional e beneficia os estabelecimentos que firmarem com esses profissionais contratos de parceria regulados pela Lei 13.352/2016. O salão ficará responsável pela retenção e pelo recolhimento de tributos e contribuições sociais e previdenciárias devidos pelo profissional-parceiro, incidentes sobre a cota-parte que a este couber na parceria.

A Lei 13.352/2016 não considera relação de emprego a parceria entre o salão e esses profissionais. Entretanto, essa relação de emprego poderá ser configurada se não houver contrato de parceria formalizado ou se o profissional desempenhar funções diferentes das descritas no contrato. De acordo com Marta, a intenção dessa lei é dar segurança jurídica a uma relação já existente entre os salões de beleza e os profissionais.



Afif Domingos, do Sebrae: Simples é essencial para os pequenos negócios

se o profissional desempenhar funções diferentes das descritas no contrato. De acordo com Marta, a intenção dessa lei é dar segurança jurídica a uma relação já existente entre os salões de beleza e os profissionais.

O que é o sistema simplificado

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte, previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios). É administrado por um comitê gestor composto de oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal, dois dos estados e do Distrito Federal e dois dos municípios. Para o ingresso no Simples Nacional, é necessário cumprir as seguintes condições:

- enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- cumprir os requisitos previstos na legislação;
- formalizar a opção pelo Simples Nacional.

Principais características

- Facultativo
- Irretroatável para todo o ano-calendário
- Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS-Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e CPP
- Recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação (DAS)
- Disponibilização às microempresas (MEs) e às empresas de pequeno porte (EPPs) de um sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido, a geração do DAS e a constituição do crédito tributário
- Apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais
- Prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que a receita bruta tiver sido auferida
- Possibilidade de os estados adotarem sublimites para EPPs em função da respectiva participação no PIB. Os estabelecimentos localizados nesses estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite deverão recolher o ICMS e o ISS diretamente ao estado ou ao município

Fonte: Receita Federal do Brasil

EMPRESAS ATIVAS

Matrizes e filiais

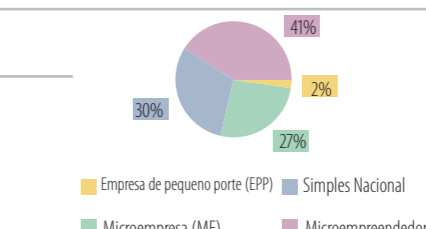
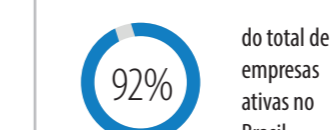
17,6 milhões



MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (MPes) ATIVAS

Matrizes

15,6 milhões



INFORMAÇÕES GERAIS

SIMPLES NACIONAL Os dados abaixo são referentes a todo o Brasil:

Arrecadação

R\$ 70,9 bilhões

Faturamento

R\$ 842 bilhões

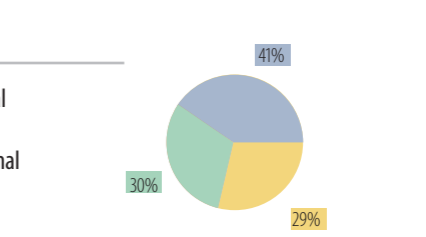
MORTALIDADE DAS MPes



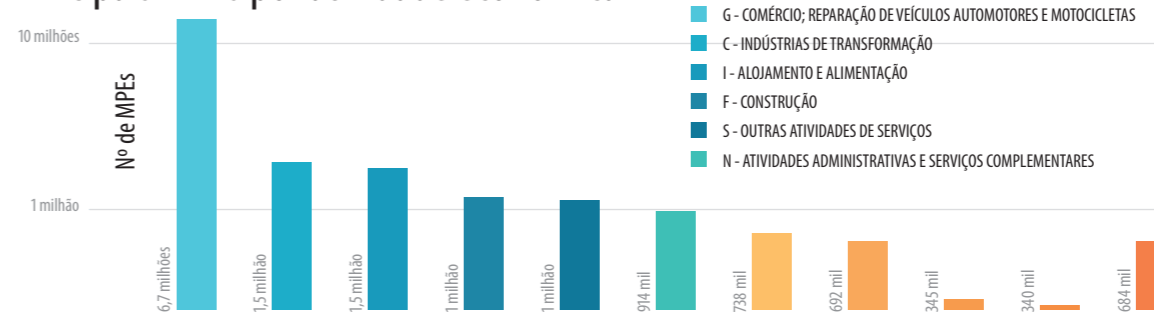
REGIME DE TRIBUTAÇÃO DAS MPes

15,6 milhões

4,5 milhões Regime normal
4,7 milhões Simples Nacional
6,4 milhões Sime



Principais MPes por atividade econômica



Atividades

- G - COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
- C - INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
- I - ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
- F - CONSTRUÇÃO
- S - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
- N - ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
- H - TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO
- M - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
- P - EDUCAÇÃO
- J - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- OUTRAS

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Outros benefícios previstos

- A lei permite que optem pelo Simples Nacional pequenas empresas fabricantes de bebidas alcoólicas como cerveja, vinho, licor e destilados. Esses estabelecimentos deverão ter registro no Ministério da Agricultura e obedecer à regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Receita Federal.
- A fim de estimular a atividade econômica, a lei prevê que a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) manterão linhas de crédito específicas para microempresas e empresas de pequeno porte. O montante disponível e suas condições de acesso, segundo a lei, deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.
- Os 6,3 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) também serão beneficiados pela nova lei, que eleva de R\$ 60 mil para R\$ 81 mil o teto de faturamento em 2018. Nessa faixa de faturamento, o MEI recolhe em valores fixos mensais os tributos abrangidos pelo Simples Nacional.
- A lei permite que se inscreva como MEI o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural e que tenha auferido receita bruta no ano-calendário anterior de até R\$ 81 mil. Outra exigência é que possua apenas um empregado que receba exclusivamente um salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional.

Norma recém-sancionada atrai investidores para startups

Uma das inovações da nova lei do Simples Nacional é a criação da figura do investidor-anjo, que poderá fazer aportes de capital para incentivar as startups (pequenas empresas dedicadas à inovação) sem se tornar sócio dos empreendimentos. Esses aportes, que deverão estar previstos em contrato com vigência

de até sete anos, não integrarão o capital social da empresa. O investidor-anjo não será sócio nem terá direito a gerência ou voto na administração da empresa. Não responderá por nenhuma dívida da empresa. Ele será remunerado por seus aportes, nos termos do contrato de participação, pelo prazo máximo

de cinco anos. A remuneração não poderá exceder a metade dos lucros da sociedade. O investidor-anjo só poderá exercer o direito de resgate depois de decorridos no mínimo dois anos do aporte de capital. Caso os sócios decidam pela venda da empresa, o investidor-anjo terá preferência na aquisição.

Empreendedor diz que outros sistemas tributários também precisam de mudanças



José de Lima, dono de loja de material de construção, critica regimes tributários

Proprietário de uma loja de materiais de construção em Brasília, José Aguiar de Lima aponta um problema que afeta os 4,7 milhões de contribuintes do Simples Nacional: a convivência desse regime de tributação simplificada com outros dois regimes: a substituição tributária e a antecipação tributária.

Na substituição tributária, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) já chega ao lojista embutido nos preços dos produtos. Com isso, segundo Lima, o comerciante não aproveita integralmente o crédito do ICMS das fases anteriores e ainda paga o Simples sobre o valor da venda. Na antecipação tributária, de acordo com o comerciante, o governo local arbitra uma margem de lucro e cobra o ICMS

sobre ela, independentemente de a venda ser realizada ou de ela se dar pelo preço final estabelecido.

Os dois mecanismos são apontados por Lima como uma dificuldade para fazer promoções ou mesmo reduzir os preços ao consumidor final, já que o comerciante fica com uma margem de manobra baixa na fixação dos preços.

Arrecadação estadual

O senador Armando Monteiro considera procedente essa reclamação e afirma que o regime de substituição tributária se alargou muito no Brasil. Um mecanismo que deveria ser aplicado de forma restrita a algumas cadeias produtivas, segundo o parlamentar, terminou sendo ampliado para reforçar a arrecadação dos estados. Conforme o senador, essa

generalização castigou a pequena empresa, porque seu capital de giro é muito afetado pela exigência do pagamento do imposto na fase inicial do processo de tributação.

Para não comprometer o desenvolvimento dos pequenos negócios, ele defende uma revisão do processo de substituição tributária.

Posição idêntica é defendida pela presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Para ela, a exigência do imposto na produção, e não na etapa final da comercialização, facilita a arrecadação, mas dificulta a situação das pequenas empresas.

Gleisi sugere a realização de uma audiência pública na CAE para discutir uma solução para o problema.



Saiba mais

- Leia a lei sancionada no mês passado pelo presidente Temer <http://bit.ly/leidosimples>
- Veja o site da Receita Federal sobre o Simples Nacional <http://bit.ly/sitesimples>
- Ouça reportagem da Rádio Senado sobre as novas regras <http://bit.ly/radiosimples>
- Assista a reportagem da TV Senado sobre a sanção da lei <http://bit.ly/tvsimples>
- Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania

Especialistas defendem “alfabetização midiática”

Para Unesco, a capacidade de usar ferramentas de comunicação, entender o papel da mídia e aproveitar a tecnologia de forma crítica deve ser ensinada aos jovens na escola

CAPACITAR OS JOVENS para o uso crítico das novas tecnologias e para a produção de conteúdo é um caminho necessário ao fortalecimento do uso livre e democrático da mídia. A opinião é do jamaicano Alton Grizzle, da Divisão de Liberdade de Expressão e de Desenvolvimento da Mídia da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Ele participou ontem do Seminário sobre Educação Midiática e Informacional no Brasil, promovido pelo Conselho de Comunicação do Congresso.

Segundo Grizzle, todo cidadão precisa desenvolver habilidades e competências para entender o papel da mídia e ser capaz de utilizar ferramentas de comunicação para articular processos de desenvolvimento e mudança social. A Unesco recomenda que a alfabetização midiática e informacional (AMI) seja incorporada nas escolas.

— Vemos agora uma mudança muito radical no que era o jornalismo tradicional. Agora nós temos o cidadão jornalista, que cria a informação e a coloca em tempo real. Então, é importante que esses jovens tenham as competências adequadas. Através da alfabetização midiática, podemos empoderar o cidadão.

Também participaram do seminário as estudantes Clarice Villarim e Maria Eduarda Silva de Oliveira, de escolas de São Paulo. As duas apresentaram os



Seminário conduzido por Miguel Ângelo Cançado (C) discutiu educação midiática e informacional

resultados de um trabalho conjunto de “prática educacional pioneira” de análise e produção midiática. Os alunos produzem vídeos, áudios e textos, além de oficinas de análise de mídia. Segundo Clarice, a iniciativa tem dado maior protagonismo aos estudantes. Maria Eduarda observou que a integração de tecnologias ao aprendizado tem deixado os estudantes mais motivados.

Política pública

Hoje apenas 4 milhões, dos mais de 38 milhões de estudantes que frequentam escolas públicas, estão envolvidos com alguma atividade relacionada a comu-

niciação e tecnologias, de acordo com Sandra Zita Silva Tine, assessora técnica do Ministério da Educação.

Para Raquel Paiva, do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Ismar de Oliveira Soares, presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educação e integrante do conselho, está na hora de o país avançar em uma política pública sobre alfabetização midiática e informacional.

— Quem sabe a partir de agora nós tenhamos a oportunidade de dialogar com o MEC, com o Senado e com a

Câmara dos Deputados para podermos avançar, com passos bem dados, em torno da execução desse direito: o direito de 45 milhões de crianças e jovens do Brasil terem acesso a essa prática, a esse conhecimento. Isso será muito bom para a mídia, para os profissionais, para os educadores e, especialmente, para os jovens — disse Soares.

Retransmissoras

O Conselho de Comunicação decidiu encaminhar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações questionamentos a respeito da situação das retransmissoras de televisão no Brasil. As respostas da pasta embasarão um relatório do colegiado.

Em reunião de ontem, os conselheiros manifestaram preocupação com a saturação do espectro, que tem sido ocupado por um número grande de emissoras retransmissoras, que precisam cumprir menos exigências do que as emissoras geradoras. Com isso, a oferta de conteúdo acaba limitada.

Liliana Nakonechnyj, da representação dos engenheiros no conselho, relatou que o problema é agravado pela preferência dada às empresas de telecomunicação (telefonia e internet). Em algumas áreas, há congestionamento do espectro, e grande parte dele foi retirado da radiodifusão e passado para as telecomunicações, afirmou.

Procuradora propõe modernização na Lei de Execução Fiscal

Na primeira audiência da comissão de juristas que vai elaborar um anteprojeto de lei de desburocratização, ontem, Anelize Lenzi, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, defendeu uma execução fiscal “mais racional e moderna”. A reforma teria como base um projeto que vem sendo discutido e atualizado nos últimos anos no âmbito da Fazenda Pública.

Para um auditório com especialistas em direito tributário, ela expôs a proposta normativa de uma nova Lei de Execução Fiscal (LEF), que trata do procedimento em que a Fazenda requer de contribuintes inadimplentes o crédito devido. A cobrança é feita pelo Judiciário, com a busca, no patrimônio do devedor, de bens suficientes para o pagamento. Hoje mais de 3,8 milhões de contribuintes inscritos na dívida ativa são considerados grandes devedores, com débitos que superam R\$ 15 milhões.

— O procedimento de citação, num

processo de execução fiscal, é um dos grandes gargalos. Você não acha o devedor e não acha os bens — explicou.

Em setembro, a Lei 6.830/1980 completou 36 anos. O projeto da nova LEF foi encaminhado ao Congresso em 2015. Segundo Anelize, as alterações sugeridas reformam a legislação em termos de processo civil e do fortalecimento de alguns institutos, como a maior ênfase na fase administrativa de cobrança. A primeira grande mudança é que a lei não pode ser mais de cobrança judicial.

— É a mudança desse paradigma de que a execução fiscal é automática e necessária em qualquer situação de débito inscrito em dívida — disse.

O presidente da Associação Brasileira de Direito Processual, Eduardo Costa, faz críticas ao projeto. Apesar de reconhecer que o crédito fiscal exige cobrança executiva mais coercitiva, ele ressaltou que “o processo de execução não é artefato a serviço do poder estatal”.

— O processo é, sim, instrumento de



Especialistas falam à comissão de juristas que vai elaborar anteprojeto de lei de desburocratização

garantia em favor dos jurisdicionados, mormente do executado, para que este não veja o seu patrimônio sendo invadido de maneira excessiva — afirmou.

Para Costa, trata-se de uma lei de execução fiscal federal “a serviço da Procuradoria da Fazenda Nacional”. Ele disse não concordar com a “desjudicialização” da cobrança.

As contribuições dos especialistas se-

rão analisadas pela comissão de juristas instituída pelo Senado para elaborar um anteprojeto que definirá regras para reduzir a burocracia na administração pública. O presidente da comissão é o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques. O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), é o relator da proposição.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Falta de fiscalização, veículos sucateados, risco de contaminação e profissionais despreparados foram alguns dos problemas apontados por condutores e fiscal do Trabalho

Debate expõe falhas do serviço de ambulâncias

O ATENDIMENTO FEITO por ambulâncias no país enfrenta problemas como falta de fiscalização, sucateamento dos veículos, contaminação, uso inadequado de materiais hospitalares e exposição dos motoristas e demais profissionais de saúde a riscos desnecessários. O alto número de acidentes com ambulâncias no país é uma das consequências desse quadro.

A análise foi feita ontem por participantes de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a crise no sistema de atendimento médico feito por ambulâncias — que inclui o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e o que é gerido pelos municípios.

Representantes sindicais dos condutores das ambulâncias em diversos estados participaram da audiência. Também foram ouvidos fiscais do Trabalho, autoridades públicas e outros profissionais do setor.

Condutores de ambulância apresentaram documentos, fotos e vídeos de ocorrências em todo o país, com casos de veículos em mau estado de conservação, transportando mais pessoas que o permitido por lei, realizando serviços sem autorização e fazendo até transporte irregular de passageiros. Além disso, disseram, estão em atividade muitos motoristas sem a qualificação apropriada para a função. Segundo os condutores, aumentou o número de acidentes com mortos e feridos.

A auditora-fiscal do Trabalho Jacqueline Carrijo avaliou que a área da saúde em muitos municípios é conduzida por “gestores despreparados”, que chegam a tratar como “exageros” as conclusões de forças-tarefas no âmbito trabalhista.

Ela disse também que o Ministério da Saúde praticamente não realiza fiscalização do risco de contaminação biológica dessas unidades de



No debate conduzido por Paim (3º à dir.), participantes afirmaram que o alto número de acidentes com ambulâncias é fruto da situação caótica do setor

atendimento. Para a auditora, há uma negligência absurda. Em auditorias, é comum encontrar, por exemplo, materiais hospitalares com esterilizações malfeitas ou com produtos químicos impróprios, relatou. Também é comum nessas auditorias a constatação de jornadas de trabalho excessivas, o exercício de tarefas irregulares e até mesmo a ausência de pessoal para funções técnicas nas ambulâncias, chegando-se à condição de faltar médicos, enfermeiros, profissionais de limpeza e de esterilização e maqueiros.

— O que existe hoje é uma situação caótica, criminosa na área das ambulâncias. Essa situação contribui muito no aumento dos acidentes envolvendo esses carros, porque essa situação de estresse absurdo vai estourar no con-

dução dos veículos — frisou a auditora, observando que nos hospitais não há sequer uma área apropriada de descanso para esses profissionais.

Congelamento de gastos

A audiência também foi marcada por avaliações negativas da Proposta de Emenda à Constituição 55/2016, a PEC do Teto de Gastos, que estabelece um limite para os gastos públicos. Nos próximos 20 anos, esses gastos seriam corrigidos apenas pela inflação verificada no ano anterior. O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), salientou que, com a aprovação da PEC, a tendência é de a situação da saúde pública ficar ainda mais precária.

Grazielle David, representando o Conselho Nacional de Saúde, lamentou

que o governo federal interprete o que é dispendido em áreas sociais como “gastos”, e não como “investimentos no futuro do país”. Segundo ela, a PEC atinge diretamente as transferências para estados e municípios referentes à compra de remédios, realização de exames complexos, cirurgias seletivas e na vigilância sanitária, num quadro que vê como “extremamente grave” devido ao agravamento de doenças como a dengue e a zika.

Ela apresentou estudos segundo os quais para cada R\$ 1 investido em saúde, há um crescimento de R\$ 1,75 no produto interno bruto. Argumentou também que se a regra prevista na PEC 55/2016 estivesse valendo desde 1996, o investimento em saúde seria R\$ 175 bilhões inferior ao atual.

Prevenção reduz morte por câncer de próstata, destaca Ana Amélia

A cada 40 minutos um brasileiro morre vítima do câncer de próstata, mas 90% dessas mortes poderiam ser evitadas com a prevenção, que inclui exames de PSA, no sangue, e de toque realizado pelo médico urologista. Os exames devem ser feitos a partir de 45 anos e antecipado para os 40 se houver caso na família, pai ou irmão. Ao dar essas informações, Ana Amélia (PP-RS) elogiou a campanha Novembro Azul. Disse que as maiores barreiras à prevenção do câncer de próstata são a visão que o brasileiro tem da doença e a resistência ao exame de toque. Lembrou que esse tipo de câncer é o segundo em incidência nos brasileiros, com 61 mil novos casos só em 2016, segundo dados do Inca.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Armando pede política eficaz para reduzir criminalidade no país

Para Armando Monteiro (PTB-PE), os índices de criminalidade no Brasil mostram que a política pública no setor de segurança é ineficiente e ineficaz. Só em 2015, disse, houve 58 mil assassinatos, representando uma pessoa morta a cada 9 minutos. O senador citou 45 mil estupros e 500 mil veículos roubados, classificando essa realidade como uma tragédia nacional. As causas de tanta violência, disse ele, são atribuídas ao aumento do consumo de drogas, à difusão de armas de fogo e às lacunas na Justiça criminal.

— O Brasil precisa de uma política nacional em que possamos valorizar a cooperação federativa no combate à criminalidade, melhorar e ampliar o sistema penitenciário e proteger nossas fronteiras do tráfico. O Congresso precisa priorizar essa pauta.

Telmário: venezuelanos vivem em condições precárias em Roraima

Telmário Mota (PDT-RR) fez um apelo ao governo federal para que dê assistência aos imigrantes venezuelanos em Roraima. A imigração desordenada ocorre especialmente em Pacaraima, que faz divisa com a Venezuela, e na capital, Boa Vista, destino de boa parte dos venezuelanos. O senador disse que já há o registro de 30 mil pessoas que cruzaram a fronteira somente em 2016, devido às dificuldades enfrentadas no país vizinho.

Segundo ele, muitos dos imigrantes não têm empregos e muitas vezes se abrigam em prédios abandonados sem condições necessárias a uma vida digna. A falta de ocupação, disse o senador, faz com que aumentem a criminalidade e a prostituição.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lasier se manifesta contra aumento salarial de magistrados

Lasier Martins (PDT-RS) criticou em Plenário as pretensões de aumento salarial dos magistrados, argumentando que o país enfrenta uma profunda recessão e a sociedade está insatisfeita com o desempenho do Judiciário. O senador manifestou temor de que o aumento resulte em efeito cascata, desequilibrando as contas públicas. Em sua avaliação, a indignação do povo se expressa principalmente diante da ineficiência dos tribunais superiores no julgamento dos “poderosos”, que têm foro privilegiado.

Ele disse considerar o aumento inoportuno em um período em que a corrosão salarial atinge a todos os trabalhadores e 12 milhões de brasileiros estão sem emprego.



Waldemir Barreto/Agência Senado

PT combate medida que já foi proposta por Dilma, critica Medeiros

Há “tiroteio de desinformação” sobre a medida provisória da reforma do ensino médio (MP 746/2016), disse José Medeiros (PSD-MT). Ele questionou se os estudantes contrários à reforma estão recebendo informações corretas sobre a proposta do governo Temer.

O senador destacou que, em 2014, a então presidente e candidata à reeleição Dilma Rousseff defendia mudanças no ensino médio em moldes semelhantes à proposta de Temer. Segundo Medeiros, ela propunha exatamente o que agora é combatido pelo PT.

— Será que os estudantes estão recebendo informações corretas? Que aluno poderia ser contra modernizar nosso sistema de ensino?



Waldemir Barreto/Agência Senado

PEC prioriza setor financeiro, aponta debate

Convidados avaliaram ontem que saúde vai perder recursos, que irão para pagamento de juros. Sindicatos de trabalhadores anunciam protestos para as próximas semanas

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que cria um limite para os gastos públicos no Brasil pelos próximos 20 anos foi criticada na audiência pública interativa promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Os convidados para o debate afirmaram que a PEC do Teto de Gastos (PEC 55/2016) vai privilegiar apenas o setor financeiro e o pagamento de juros da dívida pública em detrimento das despesas sociais e da renda dos trabalhadores.

Alguns dos participantes chegaram a apelidar a proposta de “PEC da Morte” por entenderem que áreas como a saúde perderão muitos recursos nos próximos anos.

Em sua maioria representantes de sindicatos de trabalhadores, os debatedores informaram que ações e protestos contra a proposta já estão previstos para as próximas semanas. O encontro foi conduzido pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). A PEC pode ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) amanhã.

Assistência social

O presidente nacional da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas de Oliveira, afirmou que a PEC do Teto tem o objetivo de “aumentar os recursos para os banqueiros”. Em sua avaliação, o país está passando por uma crise sem precedentes, com a arrecadação caindo de maneira acentuada, milhões de desempregados e milhares de empresas falindo.

Afirmou, porém, que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calcula

em mais de R\$ 800 bilhões as perdas da área de assistência social nos próximos 20 anos. Conforme estudo citado por Ubiraci, se o limite de gastos públicos tivesse sido criado em 1998, hoje o salário mínimo estaria em apenas R\$ 400.

Opinião popular

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), Lourenço Ferreira do Prado, registrou que, na página Consulta Pública, do Portal e-Cidadania do Senado, a PEC 55 (PEC 241/2016 na Câmara) já recebeu mais de 319 mil votos contrários de internautas e pouco mais de 20 mil favoráveis. Para ele, esses números mostram que a maioria da sociedade brasileira é contra a proposta.

A coordenadora-geral da associação Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lucia Fattorelli, foi uma das que ressaltaram que a PEC do Teto vai beneficiar apenas o setor financeiro. Para ela, um dos objetivos desse novo regime fiscal é limitar as despesas primárias durante duas décadas para aumentar as despesas com juros da dívida.

Maria Lucia elogiou um estudo preparado pela Consultoria Legislativa do Senado intitulado *As inconstitucionalidades do novo regime fiscal* e pediu a sustação do andamento da PEC para que o tema seja mais bem debatido com a sociedade.

Fantoches

O diretor do Ministério Público do Trabalho (MPT), Leomar Daroncho, concordou que a aprovação do limite de



Paulo Paim (2º à dir.) coordena debate com sindicalistas sobre os efeitos da PEC de Gastos para a classe trabalhadora

gastos vai “perenizar na Constituição um sistema perverso de distribuição de renda, que privilegia os bancos”.

Já o secretário-geral da Federação Nacional de Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Marcos Antônio Lemos Fabre, declarou que os próximos presidentes eleitos no Brasil serão “fantoches”, pois não terão o poder de aumentar os investimentos públicos.

O vice-presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), João Marco de Souza, defendeu que seria mais eficaz e resultaria no aumento significativo de arrecadação o governo se empenhar em combater a sonegação fiscal, principalmente de grandes sonegadores.

Debate

Também participaram dos debates o diretor de Relações Externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Paulo Lino Gonçalves; a secretária de Relações do Trabalho da

Central Única dos Trabalhadores (CUT), Graça Costa; o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos; o representante da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), Paulo Barella; o diretor legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antonio Colussi; o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), João Paulo Ribeiro; o representante da Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas (Abrat), João Pedro Ferraz dos Passos; o secretário nacional de Assuntos Jurídicos da (CUT), Valeir Ertle; o diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal), Maximiliano Garcez, entre outros.

Outras comissões do Senado também estão debatendo a PEC do Teto. Hoje a CCJ e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fazem audiência pública sobre o tema.

Governo tira da área social para beneficiar dívida pública, diz Paim

Em Plenário, Paulo Paim disse que as áreas de educação, saúde, transporte, segurança, lazer, cultura e previdência social poderão ficar ameaçadas pela PEC do Teto. O governo, criticou, quer limitar os gastos sociais para privilegiar o capital financeiro e destinar parte do orçamento para pagar os juros da dívida pública.

Segundo Paim, ao descontar a inflação, as despesas primárias ficarão iguais às do ano anterior.

— De acordo com a projeção da ONU, do ano de 2015 ao ano de 2030 a população brasileira deve aumentar 20,8 milhões. Ora, se vamos ter 21 milhões de pessoas a mais, expliquem para mim como é que o mesmo orçamento vai melhorar a qualidade de vida dessas pessoas? É impossível! É uma conta que não fecha.

MP do Ensino Médio tem audiências hoje e amanhã

A comissão mista que analisa a medida provisória que reestrutura o Ensino Médio (MP 746/2016) dá continuidade ao seu ciclo de sete audiências. A MP tem como relator Pedro Chaves (PSC-MS).

Hoje, a comissão recebe os reitores Wilson Matos, do Centro Universitário de Maringá, e Ronaldo Mota, da Universidade Estácio de Sá, e o diretor do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, Danival Roberto Alves.

Também estão convidados especialistas e pesquisadores da área de educação, como Maria Alice Setúbal, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária; Anna Penido, do Instituto Inspirare; Ricardo Henriques, do Instituto Unibanco; e o economista Claudio

de Moura Castro. Completa a mesa a consultora legislativa Mariza Abreu, da Câmara dos Deputados.

Amanhã, a audiência será com presidentes de entidades sindicais e organizacionais de estudantes e professores: Carina Vitral, da União Nacional dos Estudantes; Camila Lanes, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; Eblin Joseph Farage, da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior; e Iria Brzezinski, da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

Também participarão coordenadores de movimentos nacionais, como Daniel Tojeira Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Monica Ribeiro da Silva, do Movimento Nacional em Defesa

do Ensino Médio e Priscila Fonseca da Cruz, do Movimento Todos pela Educação.

As audiências serão interativas. Os cidadãos que desejarem participar com perguntas e comentários podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania ou pelo telefone Alô Senado (0800 612211)

A MP 746 promove mudanças na grade curricular do ensino médio, permitindo que os sistemas locais de ensino organizem, de maneira própria, a oferta dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular, criando estruturas de módulos, créditos ou disciplinas. Além disso, a MP expande a grade horária, das atuais 800 horas por ano para 1,4 mil. Também define as matérias obrigatórias nos três anos de ensino médio e as optativas.

Comissão vota proposta que beneficia jovens com deficiência

A Comissão de Educação (CE) deve votar hoje proposta que obriga os sistemas de ensino a desenvolver e implantar projetos de atendimento educacional de jovens e adultos com deficiência.

O PLS 208/2016, do senador Romário (PSB-RJ), modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os projetos seriam desenvolvidos em parceria com a família e por meio da articulação intersectorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e de direitos humanos.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), observa que o Plano Nacional de Educação já prevê importantes estratégias para inclusão de jovens e adultos com deficiência em ambientes

educacionais. O PNE, no entanto, tem prazo de validade. Ele lembra ainda que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência já assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Também está na pauta da CE o projeto que aumenta para 85% a frequência mínima exigida na educação básica para aprovação (PLS 293/2014). Hoje são necessários 75% de frequência para que os alunos dos níveis fundamental e médio passem de ano.

O relator, Alvaro Dias (PV-PR), é favorável ao projeto, do ex-senador Wilson Matos. Para Alvaro, a obrigatoriedade de frequência deve ser vista como condição para que a aprendizagem efetivamente aconteça.